

IV TRIMESTRE 2019

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDADE, DISCIPLINA , TRABALHO



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
financas.gov.st

Janeiro 2020

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de execução Orçamental disponível até 31 de Dezembro.

Disponível *on-line* em: www.financas.gov.st



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Quadros.....	ii
Índice de Gráficos.....	ii
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL.....	5
I.1. Execução das Receitas Totais.....	5
I.1.1. Receitas Efectivas	5
I.1.2. Receitas Correntes.....	6
I.1.2.1. Receitas Fiscais.....	7
I.1.2.2. Receitas não Fiscais.....	13
I.1.3. Donativos.....	15
I.2.1. Despesas Efectivas.....	16
I.2.2. Despesas Primárias.....	16
I.2.3. Despesas de Funcionamento.....	17
I.2.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	20
I.2.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	21
I.2. Principais Saldos Orçamentais.....	23
I.2.6. Saldo Corrente.....	23
I.2.7. Saldo Primário.....	23
I.2.8. Saldo Global.....	23
I.3. Financiamento do Défice Global.....	24
I.3.1. Financiamento Interno.....	24
I.3.2. Financiamento Externo.....	24
PARTE II: ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	25
II.1. Análise da Execução Orçamental.....	25
II.1.1. Por Classificação Orgânica.....	25
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	27
II.1.3. Por Localização Geográfica.....	29
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	30
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	32
II.2. Alterações Orçamentais.....	34
II.2.1. Por Classificação Orgânica.....	34
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	37
II.2.3. Por Localização Geográfica.....	39
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	40
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	41

Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas (em milhares de Dobras)	6
Quadro 2: Detalhe do IRS (em milhares de Dobras)	8
Quadro 3: Detalhe do IRC (em milhares de Dobras)	9
Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património (em milhares de Dobras)	9
Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação (em milhares de Dobras)	10
Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo (em milhares de Dobras).....	12
Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo (em milhares de Dobras).....	12
Quadro 8: Detalhe das Taxas (em milhares de Dobras).....	13
Quadro 9: Despesas Totais Executadas (em milhares de Dobras).....	17
Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Dezembro (em milhões de Dólares)	22
Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2019/ 2018 (em milhares de Dobras)	23
Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global (em milhares de Dobras)	24
Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica (em milhares de Dobras).....	25
Quadro 14: Execução por Classificação Funcional (em milhares de Dobras)	27
Quadro 15: Execução por Localização Geográfica (em milhares de Dobras)	29
Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos (em milhares de Dobras)	31
Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas (em milhares de Dobras)	33
Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica.....	35
Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional.....	38
Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica.....	39
Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos	40
Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas.....	42

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas.....	5
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas (em percentagem).....	6
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas (em percentagem)	7
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais (em percentagem)	13
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais	16
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento	18
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	20

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

d

Apresentação

No cumprimento do preceito legal estabelecido através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 17.º da Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2019), elabora-se o presente relatório da execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao período de Janeiro à Dezembro de 2019, ou seja até o quarto trimestre de 2019. Procedeu-se a análise dos valores executados, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto do nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia das despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 16.º da Lei 7/2019, de 17 de Abril, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

A eleição legislativa realizada no mês de Outubro do ano 2018 e a consequente tomada de posse do XVII Governo Constitucional no final do mês de Dezembro condicionaram a apresentação da proposta do orçamento para o ano 2019 no prazo estabelecido e consequentemente a aprovação tardia do mesmo, que traduziu na peculiaridade da execução orçamental referente ao quarto trimestre do 2019, porquanto a mesma obedeceu os estatuídos nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado), no qual estabelece a utilização das dotações fixadas no OGE do ano anterior para a execução de despesas de funcionamento e autorização para a cobrança de receitas, sendo todavia autorizada a execução de despesas de investimentos, após a aprovação do OGE/2019 que aconteceu na segunda quinzena do mês de Abril do ano em análise.

Sendo assim, a execução orçamental do Quarto trimestre de 2019, analisada no presente relatório, obedeceu dois momentos de realização das despesas. Um primeiro momento, antes da aprovação do OGE para o corrente ano, foi com base na dotação igual a aprovada para o orçamento do ano 2018 que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise; e um segundo momento, após a aprovação do Orçamento que aconteceu na terceira semana do mês de Abril, no qual foram feitos alguns ajustes na base da dotação para o ano 2019, e consequentemente a autorização para a execução das despesas de Investimento público.

De acordo com as informações de execução orçamental até Dezembro de 2019, constata-se que o défice primário registado para o período em análise, ou seja até quarto trimestre do ano, situou-se em 1,82% do PIB programado para o ano, relembrando que a previsão da meta do saldo primário para o presente exercício económico é de 2,1% do PIB. O défice alcançado é justificado pelo alinhamento legalmente previsto na execução de despesas correntes no período que corresponderam ao cumprimento do estatuído no artigo 26.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, ajustadas a continuidade da política de contenção e ajustada a performance na arrecadação de receitas correntes domésticas. Como contrapartida o referido défice foi financiado pela emissão de BTs (Bilhete de Tesouro), pelo financiamento interno, correspondente ao 20% anual das receitas petrolíferas, provenientes da conta nacional do petróleo “NOA OFFSHORE” e também pelo apoio orçamental da União Europeia.

Relativamente à análise das receitas, verifica-se um grau de realização de 70,0% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos atingiram respectivamente 110,2% e 37,1% do programado para o ano. As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 94,3%, mais 5,5% do arrecadado no período homólogo de 2018, correspondendo a 12,4% do PIB.

Quanto as receitas não fiscais, arrecadou-se até o período em análise o montante de 308.114 milhares de dobras, contra 101.800 milhares de dobras do programado para o ano, o que permite constatar que as mesmas receitas tiveram um grau de execução de 303,0% face ao programado, representando deste modo um acréscimo de 16,0% face ao valor registado no mesmo período do ano transacto.

Salienta-se, pois, que este aumento deve-se a excelente performance da sua componente Receita Patrimonial, concretamente Rendimentos de Petróleo, que registou um nível de

execução de 3490,0% do estimado para todo ano, proveniente do incremento de juros overnight e bônus de assinatura do petróleo, pago pela Empresa Total e Empresa Petrolífera Angolana pelo leilão do bloco I da zona económica exclusiva, e também das receitas de serviços que se atingiu um nível de arrecadação de 534% relativamente ao programado para o ano, e um acréscimo de 787,0%, face ao igual período do ano transacto, pela incorporação das informações de receitas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nas diferentes contas nos bancos comerciais, não passando pela CUT, junto ao BCSTP.

Quanto aos donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 37,0% do previsto para o ano, e relativamente ao período homólogo de 2018, registou-se uma redução de 15,0%, provenientes da entrada de recursos do apoio orçamental da União Europeia (75%), República Popular da China (35%), Japão (34,0%) e os provenientes da iniciativa HIPC (106,0%), todos, em relação ao programado para o ano.

Pelo exposto acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas de modo que se conseguisse cumprir com a meta do défice primário acordado com os parceiros de Bretton Woods. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias ficou em 105,0% do inicialmente aprovado.

Relativamente ao período homólogo do ano transacto, registou-se um aumento de 10%, tendo em conta a performance dos seus agregados: Despesas com Pessoal (104,7%), Bens e Serviços (96,3%), Transferências Correntes (83,3%), Outras Despesas Correntes (257,1%) e Despesas de Investimentos com Recursos Internos (44,0%). Saliente-se que as despesas com pessoal ficaram nos 9,1% do PIB, ultrapassando a desta forma a meta de (7,9%) estabelecida para o ano económico de 2019, no âmbito do programa de facilidade de crédito alargado, assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Importa referir que relativamente a Despesa de Investimentos Públicos observa-se que, a contida entrada de recursos externos (créditos e donativos) para financiamento dos projectos, condicionou a execução do PIP, resultando numa significativa redução dos mesmos face ao ano transacto (41,0%), tendo o seu nível de execução ficado num modesto percentual de 31,6% do inicialmente aprovado, correspondendo a 4,9% do PIB.

Por conseguinte, durante o período em análise, foi incorporado no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores do Estado que por natureza dos seus serviços efectuem cobranças e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e, não passam pela CUT junto ao Banco Central.

Entretanto, apesar de não terem sido orçamentados, e de modo a melhorar o défice primário, estes fluxos a partir do mês de Janeiro do corrente ano, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Para as receitas, estas foram classificadas de receitas de serviços e como contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas.

Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Dezembro do ano em análise, excedem o valor de 153.417,55 milhares de dobras e adicionando-se as já existentes, totalizam o valor de 188.191,81 milhares de dobras. Do mesmo

modo, para as despesas realizou-se o valor de 134.724,13 milhares de dobras e, adicionando-se as despesas consignadas já existentes, totalizaram deste modo o valor de 173.589,07 milhares de dobras.

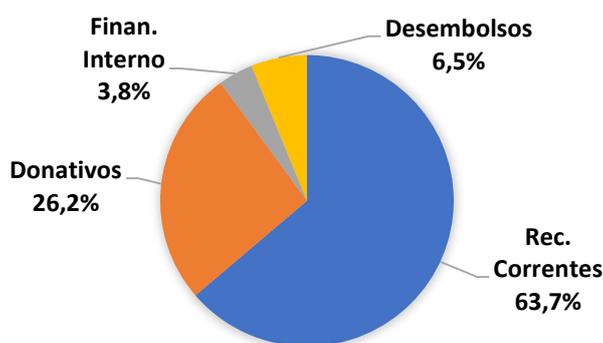
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento) como externo (correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na tabela das operações financeiras do estado (TOFE) mostram que até o final do exercício económico de 2019 as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 2.303.753 milhares de Dobras, o que corresponde a 72,9% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga positiva de 2,0%, face ao executado no igual período do ano 2018 (2.259.027 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O moderado incremento deveu-se essencialmente ao decréscimo dos donativos para financiamento dos projectos. Por outro lado, importa referir que as receitas correntes tiveram um bom desempenho, motivado pelo excelente nível de execução das receitas fiscais e não fiscais, que se situaram em 94,3% e 302,7%, respectivamente.

I.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma das Receitas Correntes e os Donativos. Até o final do quarto trimestre de 2019, estas ascenderam a uma arrecadação de 2.072.963 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 70,0% do programado, e menos 0,4%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2018. O nível alcançado abaixo da meta deve-se, sobretudo a baixa entrada dos Donativos, que teve um decréscimo de 15,5%, relativamente ao executado no mesmo período de 2018.

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas (em milhares de Dobras)

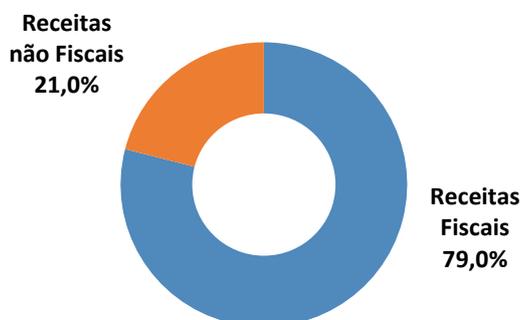
Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efectivas	2 282 548	2 080 816	2 960 194	2 072 963	70,0	-0,4	22,2
Receitas correntes	1 179 590	1 365 306	1 331 900	1 468 304	110,2	7,5	15,7
Receitas corr. excl. petróleo	1 128 664	1 153 287	1 303 261	1 398 498	107,3	21,3	15,0
Receitas fiscais	1 040 302	1 099 411	1 230 100	1 160 191	94,3	5,5	12,4
Impostos directos	408 280	358 017	395 808	427 112	107,9	19,3	4,6
Impostos indirectos	631 694	740 353	832 533	732 893	88,0	-1,0	7,9
Imposto s/ Importação d/q	388 662	485 988	526 867	471 526	89,5	-3,0	5,1
<i>Sobretaxa Esp. Der. Petróleo</i>	0	0	0	0	...	0,0	0,0
Imposto sobre Consumo	136 007	157 376	178 725	150 843	84,4	-4,2	1,6
Imposto de Selo	60 965	60 139	69 389	62 516	90,1	4,0	0,7
Taxas	46 059	36 850	57 552	48 009	83,4	30,3	0,5
Outras receitas fiscais	328	1 041	1 759	185	10,5	-82,2	0,0
Receitas não fiscais	139 288	265 896	101 800	308 114	302,7	15,9	3,3
Receitas patrimonial d/q	92 591	233 901	51 034	111 067	217,6	-52,5	1,2
<i>Rendimento de petróleo</i>	50 926	212 019	2 000	69 807	3490,4	-67,1	0,7
Receitas de serviços	35 856	21 222	35 212	188 192	534,5	786,8	2,0
Outras receitas não fiscais	10 841	10 773	15 554	8 855	56,9	-17,8	0,1
Donativos	1 102 958	715 510	1 628 294	604 659	37,1	-15,5	6,5
para financiamento do OGE	191 801	125 415	239 209	186 033	77,8	48,3	2,0
para Projectos	844 162	557 012	1 307 975	332 711	25,4	-40,3	3,6
HIPC	66 995	33 083	81 110	85 915	105,9	159,7	0,9

Fonte: DCP – MPFEA

I.1.2. Receitas Correntes

Nesta categoria estão classificadas as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas (em percentagem)



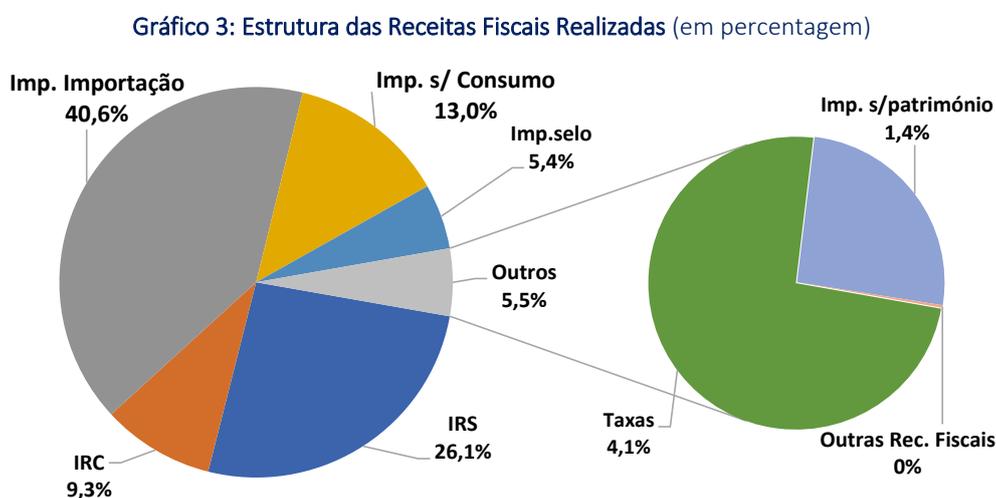
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 110,2%, ascendendo aos 1.468.304 milhares de Dobras. A boa performance de arrecadação desta categoria de receitas, deveu-se em grande medida do bom comportamento das receitas não fiscais, sobretudo da sua componente Rendimentos do Petróleo, que registou um nível de execução de 3490,0%, apesar de ter-se registado uma variação homóloga negativa de 67,1%.

Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita obteve uma variação homóloga de 7,5%, relativamente ao arrecadado no igual período de 2018, representado, cerca de 15,7% do PIB estimado para o ano em análise. Saliente-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes¹ ascendem a 1.398.498 milhares de Dobras, ficando a 107,3% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a mais 21,3% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

I.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 79,0%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do quarto trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 1.160.191 milhares de Dobras, cerca de 94,3% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um aumento de 5,5%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2018, e, cerca de 12,4% do PIB estimado. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, “Impostos Directos”, que registou uma execução de 107,9%, face ao programado para o ano. Porém, este agregado ultrapassou integralmente a meta estabelecida, com uma variação positiva de 19,3% em relação ao igual período do ano precedente.



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

¹ Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 36,8% das receitas fiscais, tendo registado até o quarto trimestre um grau de execução de 107,9% do previsto, ascendendo aos 427.112 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 19,3% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o acréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela moderada cobrança do IRS assim como a baixa cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Quadro 2: Detalhe do IRS (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	250 338	247 309	283 175	303 133	107,0	22,6	100,0
do Trabalho por Conta de Outrem	213 128	210 007	240390	234 197	97,4	11,5	77,3
do Trabalho por Conta Própria	25 844	26 397	30567	54 286	177,6	105,7	17,9
de Capitais Individuais	11 366	10 905	12218	14 650	119,9	34,3	4,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Este grupo de receita que representa a segunda maior componente do agregado das receitas fiscais 26,1% (*cf. Gráfico 3*) apresenta até final do quarto trimestre uma arrecadação de 303.133 milhares de Dobras, o que corresponde a 107,0% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 22,6% face ao arrecadado em igual período de 2018. Contribuíram para essa boa performance, a alteração legislativa implementada em Setembro de 2019 relativamente ao código de IRS, que resultou na suspensão do artigo 74º, que estabelecia um conjunto de deduções pessoais e familiares, e que teve impacto no processamento dos salários a partir de Outubro de 2019.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva em território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Quadro 3: Detalhe do IRC (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	145 440	97 240	97 981	107 392	109,6	10,4	100,0
Indústria Petrolífera	0	0	0	0	0,0
Imposto Industrial	121 981	93 170	93 382	92 563	99,1	-0,7	86,2
de Capitais de Pessoas Jurídicas	23 459	4 070	4 599	14 828	322,4	264,3	13,8
do Transporte do Petróleo	0	0	0	0	0,0

Fonte: DCP-MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 107.392 milhares de Dobras, correspondendo a 109,6% do estimado para o ano e um acréscimo de 10,4% do que foi arrecadado no período homólogo de 2018, representando 9,3% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Constata-se que este grupo de receitas teve melhor desempenho comparativamente ao período homólogo, causado pelo pagamento por conta das empresas, IRC autoliquidado pago pela STP Airways e também os atrasados do referido imposto pago pelas empresas Unitel e Agripalma.

- Imposto sobre o Património

Este grupo de impostos refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	12 501	13 467	14 652	16 587	113,2	23,2	100,0
Predial Urbano	1 821	2 096	2096	2 115	100,9	0,9	12,8
Sucessões e Doações	2 158	959	973	1 143	117,5	19,2	6,9
Transações Imob. a Título Oneroso	4 072	6 258	7008	8 826	125,9	41,0	53,2
Veículos Automóveis	4 450	4 154	4575	4 503	98,4	8,4	27,1

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Até Dezembro de 2019, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 113,2% do programado, ascendendo aos 16.587 milhares de Dobras, mais 23,2% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,4% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para o nível de execução bem como o crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto sobre Transacção Imobiliária a Título Oneroso**

(SISA), que conheceu uma execução de 125,9% e **Imposto sobre Sucessões e Doações** que registou um nível de execução de 117,5% do programado. Por último, importa frisar que ao nível do **Imposto Predial Urbano** e **Imposto sobre Veículos Automóveis** atingiram um nível de execução correspondente a respectivamente 100,9% e 98,4% do programado. Contribuíram para essa performance, particularmente os impostos de SISA e Sucessões e Doações que reagiram positivamente alguns contratos de compra e venda de imóveis bem como as sucessões e doações de patrimónios tramitados pagos ao longo de 2019.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (88,0%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 732.893 milhares de Dobras, o que representa 88,0% do programado e uma diminuição de 1,0%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O modesto nível de execução assim como o ligeiro decréscimo comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Consumo como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 40,6%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do quarto trimestre de 2019, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 471.526 milhares de Dobras, corresponde a 89,5% do programado, e um decréscimo de 3,0% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	388 662	485 989	526 867	471 526	89,5	-3,0	100,0
Imposto sobre a Exportação	0	0	0	0	0,0
Imposto sobre Importação	388 662	485 989	526 867	471 526	89,5	-3,0	100,0
Taxa	208 408	232 202	240 249	217 960	90,7	-6,1	46,2
Sobre- Taxa	180 254	253 787	286 618	253 565	88,5	-0,1	53,8

Fonte: Direcção de contabilidade Pública

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 90,7% do programado, ascendendo aos 217.960 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 6,1%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, as Sobretaxas sobre

Importação, que obteve nível de execução de 88,5% do programado, ascendendo a 253.565 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a menos 0,1% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 13,0% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 84,4% do programado, ascendendo aos 150.843 milhares de Dobras, o que representa um decréscimo de 4,2%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível dos **Impostos sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 79,9%, ascendendo aos 81.405 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a menos 12,4% do que foi arrecadado no igual período de 2018. Os impostos sobre consumo de serviços de telecomunicações e de hotelaria tiveram um elevado desempenho reflectido pela alteração das taxas de tributação de 5% para 15% com efeitos a partir de Outubro de 2019;
- ii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local** que até final de Dezembro registou uma taxa de execução de 82,5% relativamente ao programado e um considerável aumento de 3,2% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 31.694 milhares de Dobras. A explicação para essa fraca performance é que a empresa Rosema que contribui com uma elevada percentagem dessa sub-rubrica esteve envolvido numa contenda judicial, o que fez com que a produção e distribuição fosse afectada;
- iii. O **Imposto de Consumo sobre as bebidas Alcoólicas** que ascendeu a 37.744 milhares de Dobras, ficando a 98,0% do programado e um aumento de 11,7% face ao período homólogo.

Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Consumo	136 007	157 376	178 726	150 843	84,4	-4,2	100,0
de Álcool Industrial	0	0	0	1	0,0
de Derivados do Petróleo	0	0	0	0	0,0
de Gases Liquefeitos	0	0	0	0	0,0
de Bebidas Alcoólicas	30 403	33 776	38 506	37 744	98,0	11,7	25,0
de Serviços de Telecomunicações	18 011	11 099	12 542	18 007	143,6	62,2	11,9
de Serviços Hoteleiros e Similares	8 235	8 569	9 683	13 736	141,9	60,3	9,1
de Serviços de Água e Energia	10 321	11 211	12 669	12 431	98,1	10,9	8,2
de Serviços Bancários e de Seguros	9 811	10 260	11 531	9 743	84,5	-5,0	6,5
de Serviços Diversos	34 901	49 947	50 006	27 487	55,0	-45,0	18,2
de Produção Local	21 894	30 721	38 397	28 764	74,9	-6,4	19,1
de Produtos Diversos	2 431	1 793	5 392	2 929	54,3	63,4	1,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

– Imposto de Selo

Conforme apresentado no Quadro 1, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 62.515 milhares de Dobras (representa 5,4% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 90,1% do programado e mais 4,0% do realizado no período homólogo de 2018. O acréscimo e o nível de arrecadação observado estão relacionados como desempenho das suas componentes Selo de Verba e Selo de Assistência que representam no seu conjunto 89,6% do grupo de imposto de selo.

Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto de Selo	60 965	60 139	69 389	62 515	90,1	4,0	100,0
Selo de Verba	36 845	35 810	41 247	36 906	89,5	3,1	59,0
Selo de Conhecimento e Cobrança	5 117	3 682	4 029	5 700	141,5	54,8	9,1
Selo de Cheque	11	17	19	787	4 142,6	4 529,9	5,7
Selo de Assistência	18 992	20 630	24 094	19 123	79,4	-7,3	30,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final de Dezembro do ano 2019 um grau de realização abaixo da meta, situando em 83,4% do programado, ascendendo aos 48.009 milhares de Dobras, o que reflectiu num acréscimo de 30,3% face ao arrecadado no igual período do ano 2018. O montante arrecadado representa cerca de 4,1% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

Quadro 8: Detalhe das Taxas (em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Taxas	46 059	36 850	57 552	48 009	83,4	30,3	100,0
das quais							
Emolumento Geral de exportação	1 488	81	3 866	95	2,5	17,8	0,2
Emolumento Pessoais	7 202	7 903	9 259	7 685	83,0	-2,8	16,0
Subsídio de deslocação	13 966	14 540	13 998	14 191	101,4	-2,4	29,6
Emolumento e Taxas Diversas	16 026	7 017	19 335	23 066	0,1	228,7	48,0
Emolumento Especiais - 10%	2 554	1 435	4 758	2 971	62,4	107,0	6,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O nível de execução bem como o acréscimo verificado é justificado, em grande medida, pelo aumento verificado ao nível da rubrica de “Emolumentos e Taxas Diversas” como consequência da continuidade directa das medidas fiscais adoptadas em sede do orçamento.

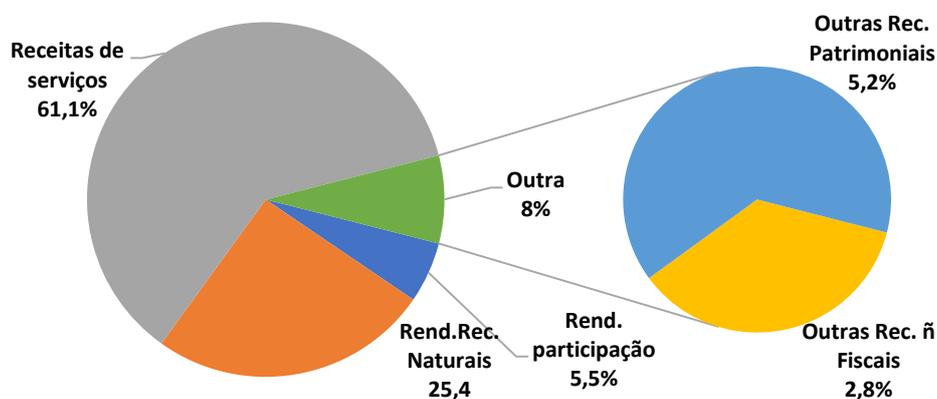
iii. Outras Receitas Fiscais

Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do quarto trimestre de 2019, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 10,5% do programado, atingindo os 185,4 milhares Dobras, o que traduziu num decréscimo de 82,2% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2018.

I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial, Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Dezembro do trimestre em análise, uma taxa de realização de 302,7% do programado, ascendendo aos 308.114 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um acréscimo de 15,9% face ao igual período de 2018, representando desta forma, 20,9% das receitas correntes realizadas. O acréscimo verificado deveu-se fundamentalmente ao comportamento da rubrica de rendimentos de petróleo e receitas de serviços, pelo facto de ter-se registado no ano transacto maior entrada de recursos do que verificado no período em análise. Tanto o crescimento como o nível de execução desta rubrica é justificado, fundamentalmente, pelo desempenho das receitas patrimoniais (sobretudo rendimentos de petróleo).

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais (em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente das Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou os 217,6% do estimado para o ano, ascendendo aos 111.067 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 52,5% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (que era de 233.901 milhares de Dobras). O expressivo nível de arrecadação, verificado deve-se exclusivamente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Petróleo”, que apresentou uma execução superior a estabelecida para o período, como abaixo se discrimina:

– Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução foi de 128,6%, o que corresponde a um acréscimo de 51,5% face ao período homólogo.

- Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 285,8% do programado, ascendendo aos 78.199 milhares de Dobras (representa 25,4% das receitas não fiscais, *cf.* Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 63,2%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2018. O decréscimo observado relativamente ao igual período de 2018 é justificado pela redução de recursos provenientes de bónus de assinatura de contractos de exploração de petróleo.

– Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens acima mencionados. Até final do quarto trimestre do corrente ano, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 15.788 milhares de Dobras, cerca de 151,9% do programado e um acréscimo de 53,6% do que foi arrecadado no período homólogo do ano precedente.

ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, durante o quarto trimestre de 2019, arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 188.192 milhares de Dobras (representa 61,1% das receitas não fiscais, ver Gráfico 4), que obteve nível de execução de 534,5% do programado, o que corresponde a um acréscimo de 786,8% face ao arrecadado no período homólogo de 2018.

Nesta categoria de receitas, o crescimento verificado é justificado pela incorporação das receitas dos diferentes serviços da Administração Central do Estado junto aos Bancos Comerciais que não passam pela CUT, que até o quarto trimestre perfazem o valor de 153.417,5 milhares de dobras (conforme a abordagem efectuada na apreciação global).

iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse conjunto de receitas foi de 56,9% do programado, atingindo os 8.855 milhares de Dobras, menos 17,8%, face ao registado no igual período de 2018, representando cerca de 2,8% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.3. Donativos

Dada conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, constata-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo os Donativos. Desta forma, de acordo com dados observados através do Quadro 1, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, com realce para os donativos constituídos para financiamento do orçamento (BM e UE) foram únicos parceiros que contribuíram para que até final do período em análise o grau de execução correspondesse a 37,1% do programado, ascendendo a 604.659 milhares de Dobras (cerca de 26,2% das receitas totais, cf. Gráfico 1), que consequentemente representa uma diminuição de 15,5%, face ao arrecadado no igual período de 2018.

O nível de execução bem como o decréscimo verificado é justificado até o final do quarto trimestre, pela modesta entrada de Donativos para Financiamento do Orçamento, dado que só se registou a entrada dos donativos de apoio orçamental do Banco Mundial (BM) no montante de 112.533 milhares de Dobras, o que equivale a 79,7% do programado e, menos 10,3% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Saliente-se, de igual forma, a fraca mobilização dos Donativos para Projectos, que ascendem a 332.711 milhares de Dobras, o que corresponde a 25,4% do programado e, menos 40,3% do que foi mobilizado no mesmo período do ano 2018.

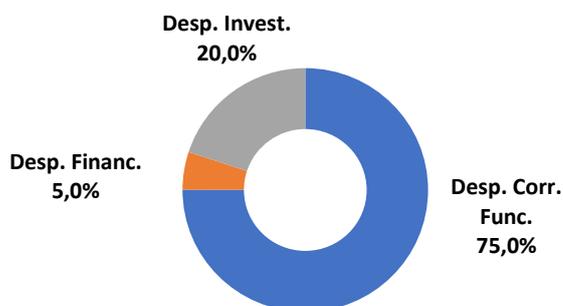
De referir que o baixo nível de execução dos donativos para projectos deve-se também ao facto de uma parte considerável das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis para efeito de incorporação nas contas públicas. Por último, relativamente aos donativos provenientes da iniciativa HIPC para financiamento de projectos, observa-se que os mesmos ficaram nos 105,9% do programado, tendo ascendido a 85.915 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 159,7%, face ao ano transacto.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

As Despesas Totais, que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram até final de Dezembro do ano 2019, uma taxa de execução de 73,5% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 2.322.493 milhares de Dobras, e menos 1,0% do executado no igual período de 2018, sendo na sua maioria despesas de funcionamento (75,0%, cf. Gráfico 5).

O modesto desempenho e a diminuição verificada deve-se a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos internos reflectidos na componente recursos próprios e HIPC, bem como os externos, na vertente donativos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

I.2.1. Despesas Efectivas

Relativamente às Despesas Efectivas, que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 2.206.149 milhares de Dobras, cerca de 73,4% do inicialmente previsto e menos 2,3% do executado no período homólogo de 2018. O nível de execução bem como a notória diminuição observada deveu-se, fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos internos e externos, associada a contenção das despesas de funcionamento, principalmente ao nível das transferências correntes.

I.2.2. Despesas Primárias

Estas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, serve de contraparte para o apuramento do

saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas. A realização destas despesas face ao orçamentado foi de 105,0%, sendo que a sua execução ascendeu a 1.568.367 milhares de Dobras, correspondente a mais 10,1% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 16,8% do PIB estimado. O alto nível de execução, bem como o acréscimo verificado deve-se ao pagamento regular das despesas correntes sobretudo as despesas com pessoal bem como as transferências correntes, evitando deste modo a acumulação dos atrasados.

Quadro 9: Despesas Totais Executadas (em milhares de Dobras)

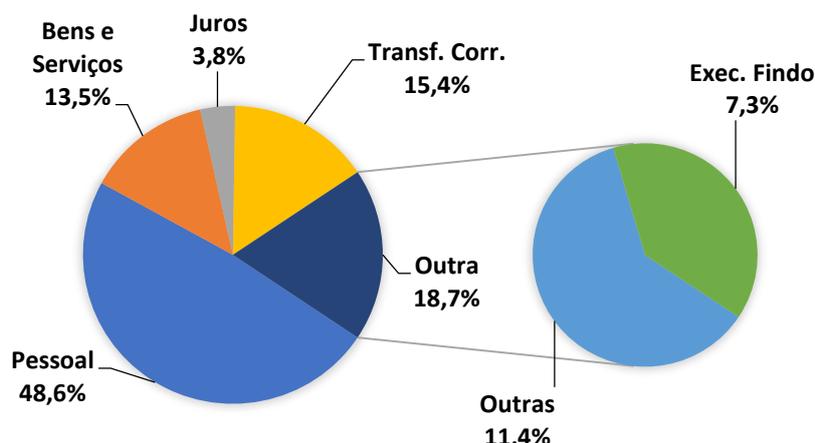
Despesas	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 716 337	2 345 339	3 160 268	2 322 493	73,5	-1,0	24,9
Despesas efectivas	2 605 182	2 258 942	3 006 007	2 206 149	73,4	-2,3	23,6
Despesas primárias	1 401 810	1 424 167	1 494 327	1 568 367	105,0	10,1	16,8
Despesas correntes	1 404 578	1 473 182	1 539 272	1 742 778	113,2	18,3	18,7
Despesas com pessoal	745 213	795 975	809 224	847 549	104,7	6,5	9,1
Bens e serviços	223 569	259 716	244 040	235 013	96,3	-9,5	2,5
Juros da dívida	38 635	34 242	62 825	65 520	104,3	91,3	0,7
Subsídios e transf. correntes	293 982	272 723	321 962	268 153	83,3	-1,7	2,9
Outras despesas correntes	88 861	70 505	77 541	199 385	257,1	182,8	2,1
Exercício findo	14 318	40 021	23 681	127 158	537,0	217,7	1,4
Investimento públicos	1 200 604	785 760	1 466 735	463 371	31,6	-41,0	5,0
Recursos internos	50 185	25 248	41 561	18 267	44,0	-27,7	0,2
Recursos próprios	28 359	13 428	21 845	8 773	40,2	-34,7	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0,0
HIPC	21 826	11 820	19 716	9 494	48,2	-19,7	0,1
Recursos externos	1 150 419	760 512	1 425 174	445 104	31,2	-41,5	4,8
Donativos	961 000	643 653	1 307 975	348 710	26,7	-45,8	3,7
Empréstimos	189 419	116 859	117 199	96 394	82,2	-17,5	1,0
Despesas Financeiras	111 155	86 397	154 261	116 344	75,4	34,7	1,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

I.2.3. Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do Estado, tendo a sua execução correspondido a 75,0% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Dada apreciação dos dados do quarto trimestre do ano 2019, através do Quadro 9, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.742.778 milhares de Dobras, o que corresponde a 113,2% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva em termos nominal de 18,3%, representando 18,7% do PIB estimado. O nível de execução verificado deve-se sobretudo ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria, como abaixo se descreve:

– Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

As Despesas com Pessoal, incluindo os encargos com segurança social, correspondem a 48,6% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, mais de 73,1% das receitas fiscais realizadas e cerca de 9,1% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 847.549 milhares de Dobras, representando 104,7% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 6,5%, justificados pelo aumento salarial e consequente pagamento de retroactivos das forças militares e paramilitares de Janeiro a Junho. De ressaltar, que do total executado, destacam-se as rubricas vencimentos e salários e outras despesas com pessoal que representam 42,0% e 54,5%, respectivamente do total executado.

– Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 13,5% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações do Quadro 9, observa-se que durante o quarto trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, teve uma taxa de execução de 96,3% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 235.013 milhares de Dobras, o que corresponde a uma diminuição de 9,5%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o decréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pelo baixo desempenho de algumas rubricas

que compõem esta categoria de despesa como é o caso de Bens duradouros, Bens não duradouros e Aquisição de serviços correspondendo a menos 50,0%, 3,3% e 10,8%.

– Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 65.520 milhares de Dobras, ficando nos 104,3% do programado, e com uma variação homóloga positiva de 91,3% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver Quadro 9), tendo uma participação de 3,8% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

– Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desses tipos de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Logo, no que se refere às transferências correntes, estas são fundamentalmente aquelas feitas sem contrapartidas pela Administração Central particularmente aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes realizadas, tendo correspondido a 15,4% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme o Quadro 9, observa-se que até o final do trimestre em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 268.153 milhares de Dobras, o que corresponde a 83,3% do inicialmente aprovado e menos 1,7% do executado no igual período do ano 2018. Contribuíram para o valor efectuado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para as transferências para Institutos Públicos, Região Autónoma do Príncipe (RAP), para as Câmaras Distritais e Serviços Autónomos que no seu conjunto representam 92,1% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, com excepção de transferências para Serviços Autónomos, Institutos Públicos, Região Autónoma do Príncipe (RAP) e para as Embaixadas, os valores executados nos demais itens deste grupo de despesas ficaram abaixo do executado no período homólogo do ano transacto.

– Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta Médica para o Exterior" e "Despesas Consignadas" aos recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através do Quadro 9, mostra que até final de Dezembro de 2019, as mesmas tiveram uma execução de 199.385 milhares de Dobras, estando a 257,1% do inicialmente aprovado, representando 11,4% das despesas de funcionamento (ver Gráfico 6).

Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 182,2%. O elevado nível de execução deve-se a performance das Despesas Consignadas que ficou a

381,9% do inicialmente aprovado, devido a incorporação de despesas consignadas dos serviços junto aos bancos comerciais e que não passam pela CUT, que até o final do período em análise foram executadas 173.589 milhares de Dobras (conforme abordagem efectuada na apreciação global).

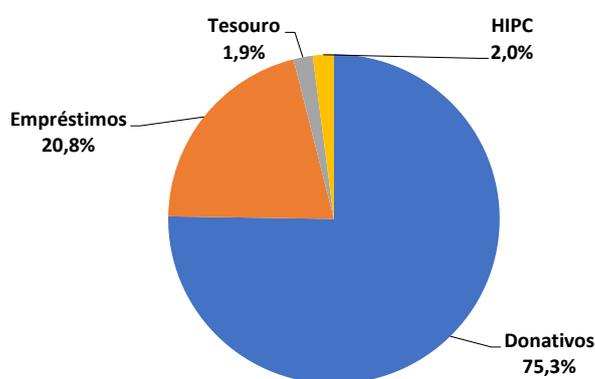
– Despesas Correntes do Exercício Findo

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do trimestre em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 127.158 milhares de Dobras, correspondente a 537,0% do previsto e mais 217,7% do executado no igual período do ano antecedente.

I.2.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

Durante o quarto trimestre de 2019, registou-se uma execução das despesas de investimentos públicos no montante de 463.371 milhares de Dobras, (cerca de 20,0% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 31,6% do inicialmente aprovado e menos 41,0% do executado no igual período do ano 2018.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O decréscimo observado face ao igual período de 2018, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e externos, principalmente de recursos de donativos, que é justificado pelo facto de uma parte considerável das informações de execução dos projectos financiados maioritariamente por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis na sua totalidade para efeito de consolidação.

– Financiadas com Recursos Internos

Estas correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa no Quadro 9, as mesmas foram programadas no montante de 41.561 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, para o trimestre em análise registou - se uma execução de 18.267 milhares de Dobras correspondendo a 44,0% do orçamentado, evidenciando uma diminuição de 27,7% quando comparado ao executado no mesmo período do ano transacto. Entretanto no Gráfico 7, estas representam 3,9% do PIP executado.

O nível de execução aquém do esperado para o período em análise, assim como o decréscimo verificado é justificado pela diminuição de valor executado dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 40,2% do programado, ascendendo a 8.773 milhares de Dobras (corresponde a 1,9% do PIP, conforme o Gráfico 7), que comparado com o executado no mesmo período do ano antecedente corresponde a menos 34,7%. Salieta-se que a componente HIPC situou - se nos 48,2% do programado, ascendendo a 9.494 milhares de Dobras (cerca de 2,0% do PIP executado, ver o Gráfico 7), menos 19,7% face ao executado no período homólogo de 2018.

– Financiadas com Recursos Externos

Nesta componente estão os projectos inscritos no PIP que são financiados tanto com donativos como com créditos. Até ao final do período em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 445.104 milhares de Dobras, correspondendo a 31,2% do programado, o que representa cerca de 96,1% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 41,5%.

Vale ressaltar, que do montante do PIP executado, 75,3% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 26,7% do aprovado e cerca de menos 45,8% do executado no mesmo período do ano transacto. Por outro lado, até ao final do período em análise os recursos financiados com créditos registaram uma execução de 96.394 milhares de Dobras, o que corresponde a 82,2% do programado para o ano, representando cerca de 20,8% do PIP executado. É de referir que no igual período do ano anterior o mesmo teve uma execução de menos 17,5%.

I.2.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

Em razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através do Quadro 9, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 116.344 milhares de Dobras, cerca de 75,4% do programado e mais 34,7% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,0% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico5.

Ao procedermos a análise do Quadro 10, observa-se que até Dezembro do corrente ano, o estoque da dívida pública situa-se nos 387,6 milhões de Dólares Americanos, mais 30,9% do que se verificou em final de 2018, correspondendo a 87,2% do PIB, sendo que do montante apurado USD 99,7 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando o Quadro 10, nota -se que em termos de estrutura, 69,6% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, enquanto as internas representam 30,4%.

No âmbito da dívida externa, 20,2% referem-se a dívida multilateral e 79,8% a bilateral, sendo no âmbito desta as mais proeminentes as dívidas com Portugal (25,9%) e Angola (19,4%). Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 117,7 milhões, sendo que USD 13,1 milhões (cerca de 11,1% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores, USD 29,4 milhões (25,0% do total da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro e novos atrasados internos com USD 75,2 milhões (cerca de 63,9% na estrutura do total da dívida interna).

Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Dezembro (em milhões de Dólares)

Credores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Até Dezembro de 2019		
										Total	Atrasado	S/Atrasado
I. TOTAL	156,4	181,9	228,2	232,4	244,3	274,2	278,9	291,9	296,0	387,6	99,7	287,8
DÍVIDA EXTERNA	156,4	181,9	205,6	215,5	230,6	261,6	266,7	261,4	264,0	269,9	99,7	170,2
Multilateral	38,0	42,1	41,0	43,7	41,5	42,4	40,3	44,5	49,5	54,5	0,0	54,5
BAD/FAD	3,2	2,2	2,1	5,5	5,3	5,2	4,4	6,9	11,8	15,4	0,0	15,4
IDA	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9	11,8	11,6	0,0	11,6
FIDA	6,5	7,9	8,0	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8	5,4	5,0	0,0	5,0
OPEC	4,0	5,5	4,5	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0	1,7	1,4	0,0	1,4
BEI	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,1	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4	10,4	12,0	12,0	11,8	0,0	11,8
FMI	4,4	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9	6,9	9,0	0,0	9,0
KUWAIT FUND ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,0	0,2
Bilateral	118,5	139,8	164,6	171,8	189,1	219,2	226,4	216,9	214,5	215,4	99,7	115,7
Clube de Paris	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8
ESPAÑHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Clube de Paris	117,6	138,9	163,6	170,8	188,0	218,4	225,6	216,0	213,6	214,6	99,7	114,8
PORTUGAL ²	13,1	27,3	39,8	47,3	47,3	54,5	57,2	59,6	57,2	55,9	0,0	55,9
ANGOLA(atrasada)	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	36,0	36,0	0,0
ANGOLA	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,9	10,9	10,7	2,7	8,0
ANGOLA(nova dívida)	0,0	0,0	0,0	0,0	17,0	31,0	35,5	40,0	40,0	41,8	1,8	40,0
ARGELIA	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA ³	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8	18,4	18,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGUSLAVIA ⁴	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Div. Comercial	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	24,3	10,0
ITALIA	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0
CHINA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	10,0
Div. Curto Prazo	17,7	27,7	39,8	39,8	39,8	39,4	39,4	40,7	40,7	35,9	34,9	1,0
NIGERIA	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0
ANGOLA(atrasada) ⁶	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	0,0	0,0	2,1	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	0,7	1,0
DÍVIDA INTERNA	0,0	0,0	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	30,6	32,0	117,7	0,0	117,7
Div. c/ Fornecedores	-	-	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	13,5	12,5	13,1	0,0	13,1
MSF	-	-	7,4	6,4	5,4	4,9	4,7	5,1	4,8	4,7	0,0	4,7
HIDROELECTRICA	-	-	2,7	2,7	2,5	2,3	2,2	2,5	2,4	2,3	0,0	2,3
SYNERGIES	-	-	3,6	3,6	4,5	4,5	4,4	5,0	4,3	4,6	0,0	4,6
OUTROS	-	-	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
ATRAS. INTERNOS	-	-	8,7	4,0	1,0	0,8	0,7	0,8	0,8	1,5	0,0	1,5
Novos Atrasados Internos⁵	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	75,2	0,0	75,2
ESTADO/EMAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	0,0	5,0
ESTADO/CST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6	0,0	6,6
ESTADO/EMPRESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,2	0,0	10,2
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,8	0,0	11,8
ENCARGOS SALARIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,1	0,0	6,1
DIFERENCIAL de preço												
Combustível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34,1	0,0	34,1
Edifício de S.Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,0	0,6
Edifício do Tribunal de Contas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,0	0,8
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	-	0,0	0,0	17,0	19,5	29,4	0,0	29,4
II. PASSIVOS CONTINGENTES*										113,1	0,0	113,1

Fonte: GDP/DT- MPFEA

1.2. Principais Saldos Orçamentais

1.2.6. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado no Quadro 11, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 274.474 milhares de Dobras, contra o deficit de 107.876 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2018, o que corresponde a um agravamento de 166.598 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2019/ 2018 (em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	-224 989	-107 876	-207 372	-274 474	132,4	154,4	-2,9
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	-275 915	-319 894	-236 011	-344 280	145,9	7,6	-3,7
Saldo Primário Doméstico	-273 147	-270 879	-191 066	-169 869	88,9	-37,3	-1,8
Saldo Global	-413 742	-62 219	-200 074	-222 034	111,0	256,9	-2,4

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

1.2.7. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada.

Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Dezembro do corrente ano registou um saldo primário base compromisso deficitário de 169.869 milhares de Dobras, contra 270.879 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2018 (ver Quadro 11). Este nível de défice equivale a menos 1,8% do PIB estimado para o período. É importante lembrar que a meta do saldo primário para o presente exercício económico é de 2,0% do PIB.

1.2.8. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através do Quadro 11, apurou-se durante o quarto trimestre de 2019, um saldo global base caixa negativo de 222.034 milhares de Dobras, contra os 62.219 milhares de Dobras deficitários, registados no igual período de ano transacto.

1.3. Financiamento do Défice Global

I.3.1. Financiamento Interno

Até o final do ano fiscal 2019, apurou-se um saldo global de 222.034 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 111,0% do estimado para o ano, registando um aumento de 256,9% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto.

Este resultado do deficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim sendo, durante o período em análise, foram emitidos dois Bilhetes de Tesouro, para financiamento temporário do deficit de tesouraria.

O primeiro Bilhete de Tesouro foi emitido no mês de Março no valor de 339.778,71 milhares de dobras, e o segundo emitido no mês de Outubro no valor de 294.174,76 milhares de dobras, perfazendo assim o montante de 633.953,47 milhares de dobras. Deste total foram amortizados 415.000,0 milhares de dobras de Bilhetes de Tesouro emitidos em 2018, que permitiu a mobilização, em termos líquidos, do desembolso do Banco Central de S.Tomé e Príncipe (BCSTP) de 218.953,47 milhares de Dobras, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se que também como financiamento interno foram utilizados 85.993 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global (em milhares de Dobras)

Itens	Real 2017	Real 2018	OGE 2019	Jan-Dez. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	413 742	62 219	200 074	222 034	111,0	256,9	2,4
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	57 080	45 362	82 875	88 500	106,8	95,1	0,9
<i>Receitas de Alienação</i>	831	116	2 008	2 507	124,9	2 063,2	0,0
<i>Transferências CNP</i>	56 249	45 246	80 867	85 993	106,3	90,1	0,9
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	233 802	132 849	117 199	142 290	121,4	7,1	1,5
<i>Desembolsos para Projectos</i>	233 802	132 849	117 199	142 290	121,4	7,1	1,5
Mov. Contas do Tesouro	-61 762	104 317	0	-215 767	...	-306,8	-2,3
BCSTP Líquido	206 426	40 584	0	218 953	...	439,5	2,3
Contas de Regularização	-24 022	-14 995	0	0	0,0
NOA OFFSHORE	-50 926	-212 019	0	-69 807	...	-67,1	-0,7
Saldo a transitar p/ período seguir	53 144	-33 881	0	57 864	...	-270,8	0,6

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.3.2. Financiamento Externo

Nos 12 meses de 2019 o Financiamento Externo teve uma execução de 142.290 milhares de Dobras, equivalente a 121,4% do programado e, mais de 7,1% do que foi registado no igual período de 2018, como já justificado, pela fraca mobilização de recursos externos, provenientes dos créditos (necessariamente concessionais, conforme acordado no programa de ajustamento mantido com os parceiros de Bretton Woods) para financiamento de despesas de investimentos inscritas no PIP.

PARTE II: ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os resultados da execução orçamental das despesas por classificação orgânica no quarto trimestre de 2019, conforme apresentado no Quadro 13, reflectem um nível de execução acima do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 202,5% da dotação final, correspondente a 102.311 milhares de dobras, a seguir o Encargo Geral do Estado (EGE) com 120,7% da dotação final, correspondente a 367.679 milhares de Dobras, depois o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 109,0% da dotação final, correspondente a 255.272 milhares de dobras, seguidamente a Câmara Distrital de Caué (CDC) com 107,0% da dotação final, correspondente a 6.205 milhares de Dobras e por último, a Câmara Distrital de Água – Grande (CDAG), que apresentou um registo de 106,6% da dotação corrigida (14.128 milhares de Dobras).

Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica (em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
AN	90 542	69 482	52 424	52 424	52 424	75,5	2,4
TC	38 253	35 493	13 208	13 208	13 208	37,2	0,6
TCO	3 321	6 617	6 394	6 394	6 394	96,6	0,3
TJ	45 778	34 182	28 874	28 874	26 674	78,0	1,2
PR	16 867	15 854	13 370	13 370	12 733	80,3	0,6
GPM	62 358	61 069	38 564	38 550	33 929	55,6	1,6
PGR	29 696	21 003	15 517	15 517	14 997	71,4	0,7
MDOI	188 023	234 192	268 575	268 575	255 272	109,0	11,7
MNEC	154 221	120 783	54 392	54 392	53 770	44,5	2,5
MJAPDH	62 418	50 533	104 724	104 723	102 311	202,5	4,7
MTSFFP	47 502	42 614	16 386	16 386	15 203	35,7	0,7
MPFEA	166 156	159 121	147 043	147 042	134 912	84,8	6,2
MTCCI	23 254	20 663	16 804	16 804	16 183	78,3	0,7
MEES	566 626	587 117	398 360	398 360	386 798	65,9	17,7
MOPIRNA	368 330	379 286	218 199	218 199	215 114	56,7	9,8
MS	443 164	451 618	274 812	274 806	261 802	58,0	12,0
MJDE	100 487	104 943	13 582	13 582	13 454	12,8	0,6
MAPDR	213 001	212 425	102 293	102 293	99 265	46,7	4,5
GRP	110 175	111 181	53 410	53 410	53 410	48,0	2,4
CDAG	17 123	13 258	14 128	14 128	14 128	106,6	0,6
CDCG	8 325	7 793	6 787	6 787	6 787	87,1	0,3
CDCAUÉ	6 375	5 800	6 205	6 205	6 205	107,0	0,3
CDLMB	7 933	7 164	6 938	6 598	6 598	92,1	0,3
CDLOBTA	9 620	10 293	10 581	10 024	10 024	97,4	0,5
CDMZ	11 519	10 418	9 158	8 594	8 594	82,5	0,4
EGE	369 201	304 616	433 248	433 248	367 679	120,7	16,8
Total Geral	3 160 268	3 077 518	2 323 974	2 322 493	2 187 867	71,1	100

Fonte: DCP-MPFEA

O notável nível de execução apresentado deve-se a continuidade de medida de contenção de despesas de aquisição de bens e serviços, das transferências correntes adoptadas pelo Governo

no ano transacto. Quanto a estrutura das despesas totais (2.187.867 milhares de Dobras), verifica-se que 68,0% do executado encontra-se concentrado em cinco órgãos, nomeadamente:

- MEES (17,7%), devido a execução das acções – “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1ª de Junho” e “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”;
- No EGE com 16,8%, onde se destaca a execução da acção “1001 - Despesa com pessoal”, “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “2524 - Exercícios Findos”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “2307 – Complemento para Manutenção e Funcionamento das Unidades” e “6043 -Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz”;
- No MS com 12,0%, devido a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “6371 - Reabilitação, Instalação e Apetrechamento do Edifício do Ministério da Saúde”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas” e “2401 – Junta para exterior”;
- No MDOI com 11,7%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 – Missões no Exterior”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho”, “6311 - Patrulha Conjunta”, “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)”, e por último;

O MOPIRNA com 9,7%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “2793 – Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3282 – Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “4849 – Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I”, “5509 – Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves - Contri”, “5973 – Construção de Estrada Rio Lima-Gleba/Capela”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5978 – Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel” e “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”.

II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto, a análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao quarto trimestre de 2019, conforme apresentado no Quadro 14, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se as execuções ocorridas em Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 791.621 milhares de Dobras, correspondendo a 86,5% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 387.436 milhares de Dobras, o que corresponde a 67,1% da sua dotação final, na área de Saúde com nível de realização de 60,7% da dotação corrigida, ascendendo a 257.936 milhares de Dobras, Defesa Nacional com o nível de execução de 118,7% da dotação corrigida, ascendendo a 235.120 milhares de Dobras, para o Encargos Financeiros o montante ascendeu a 165.431 milhares de Dobras, correspondendo a 97,1% da dotação corrigida, na função Combustíveis e Energia, com um nível de realização de 105,2% da dotação corrigida, correspondendo a 106.969 milhares de Dobras, e finalmente a Comércio e Serviços, com um nível de execução de 2.383,8% da dotação corrigida, equivalendo a 8.137 milhares de Dobras.

Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução muito baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Habitação e Serviços Comunitários (9,1%), Cultura e Desporto (13,1%), Segurança e Assistência Social (18,6%), Trabalho (23,1%), e por último Segurança Interna e Ordem Pública (39,4%).

Quadro 14: Execução por Classificação Funcional (em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 045 553	915 478	901 814	901 236	791 621	86,5	36,2
Defesa Nacional	149 627	198 016	235 120	235 120	235 120	118,7	10,7
Segurança Interna e Ordem Pública	43 194	38 481	15 173	15 173	15 173	39,4	0,7
Educação	555 968	577 628	398 998	398 998	387 436	67,1	17,7
Saúde	417 862	424 943	270 944	270 938	257 936	60,7	11,8
Segurança e Assistência Social	65 362	65 619	12 205	12 205	12 191	18,6	0,6
Habitação e Serviços Comunitários	49 807	41 053	3 752	3 752	3 752	9,1	0,2
Cultura e Desporto	104 811	109 310	14 484	14 484	14 356	13,1	0,7
Combustíveis e Energia	84 078	101 713	106 969	106 969	106 969	105,2	4,9
Agricultura e Pesca	207 187	208 039	97 437	97 437	97 437	46,8	4,5
Transportes e Comunicações	220 291	221 622	90 559	90 559	90 254	40,7	4,1
Comércio e Serviços	341	341	8 137	8 137	8 137	2 383,8	0,4
Trabalho	2 893	2 562	591	591	591	23,1	0,0
Ambiente	2 765	2 320	1 464	1 464	1 464	63,1	0,1
Encargos Financeiros	210 528	170 392	166 328	165 431	165 431	97,1	7,6
Total Geral	3 160 268	3 077 518	2 323 974	2 322 493	2 187 867	71,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

No que concerne a estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração nos Serviços Públicos Gerais (36,2%) devido sobretudo a execução das ações como “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “1046 – Missões no Exterior”, “1053 – Capacitação do Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2307 – Complemento para e Funcionamentos das Unidades”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2524 - Exercícios Findos”, “4921 - Requalificação do Edifício Ex Central Eléctrica”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “2887 - Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento”, “6371 -

Reabilitação, Instalação e Apetrechamento do Edifício do Ministério da Saúde”, “3177 - Transferência para Funcionamento da Unidade de Informação Financeira”, “3178 -Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “6542 - Aquisição de Viaturas para Tribunal Constitucional”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé - Zóchi”, “1114 – Transferência para funcionamento do Tribunal de Contas”, “6043 - Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz” e “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”; na Educação (17,7%) foi principalmente pela execução das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1056 – Manutenção de transporte escolar”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “1054 – Meio de apoio escolar”; “3840 – Bolsa Externa (Licenciaturas, Mestrado e Doutoramento) ”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho” e “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”; na função Saúde (11,8%) pela execução, sobretudo das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “2401 – Junta para exterior” e por último a Defesa Nacional (10,7%) pela execução, principalmente das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6320 – Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM) ”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho” e “6311 - Patrulha Conjunta”.

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Quadro 15), observa-se que, com exceção da Nacional e Água - Grande, cujos níveis de execução foram de 74,2% e 70,0% da dotação corrigida, ascendendo a 1.992.224 milhares de Dobras e 30.796 milhares de Dobras, as demais localizações apresentaram níveis de execução moderado, como são os casos de S. Tomé, cujo montante executado ascendeu a 28.310 milhares de Dobras, correspondente a 62,5% da dotação corrigida; em Caué a execução foi de 6.205 milhares de Dobras, o que corresponde a 61,9% da sua dotação final.

Em Lobata o nível de execução foi de 56,2% da dotação corrigida, tendo o valor executado ascendido a 28.549 milhares de Dobras; em Mé – Zóchi a execução foi de 21.795 milhares de Dobras, o que corresponde a 48,5% da sua dotação final e por último, Príncipe com uma execução que ascendeu a 54.631 milhares de Dobras, correspondente a 47,0% da dotação corrigida. Também foi observado que duas (2) dessas localizações tiveram um nível de execução muito baixo com realce para Lembá com montante de 12.684 milhares de Dobras, correspondente a 31,5% da dotação corrigida e Cantagalo cujo montante ascendeu a 12.673 milhares de Dobras, correspondente a 31,0% da dotação corrigida.

Quadro 15: Execução por Localização Geográfica (em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Nacional	2 799 565	2 685 073	2 126 870	2 126 849	1 992 224	74,2	91,1
São Tomé	34 760	45 312	28 310	28 310	28 310	62,5	1,3
Príncipe	115 363	116 209	54 631	54 631	54 631	47,0	2,5
Água Grande	50 700	43 993	30 796	30 796	30 796	70,0	1,4
Mé-Zochi	41 628	44 927	22 359	21 795	21 795	48,5	1,0
Cantagalo	35 575	40 929	12 673	12 673	12 673	31,0	0,6
Lembá	33 458	40 225	13 024	12 684	12 684	31,5	0,6
Lobata	37 768	50 819	29 106	28 549	28 549	56,2	1,3
Caué	11 451	10 030	6 205	6 205	6 205	61,9	0,3
Total Geral	3 160 268	3 077 518	2 323 974	2 322 493	2 187 867	71,1	100

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Quadro 15), constata-se que 98,6% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, Água –Grande, S. Tomé, Lobata e Mé-Zóchi. Entretanto, a localização Nacional por si só representa 91,1% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1046 – Missões no exterior”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “1086 - Apoio a Integração Social dos Grupos mais Carenciados”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “1114 – Transferência para funcionamento do Tribunal de Contas”, “2401 - Junta para Exterior”, “2524 – Exercícios Findos”, “2946 – Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3376 – Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3282 – Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “1053 – Capacitação do Pessoal”, “1056 – Manutenção de Transportes Escolar”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “1113 - Transferência Corrente para funcionamento do INE”, “1005 - Transferência para

Funcionamento da Presidência da República”, “2307 – Complemento para Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “3823 – Construção de 20 Salas de Aulas em S.Marcos - Fase I”, “6320 – Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)”, “3840 – Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Baldeários e Bancadas)”, “5983 – Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “5973 – Construção de Estrada Rio Lima-Gleba/Capela”, “5978 – Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6043 -Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz” e “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”.

Ao nível do Príncipe, a execução corresponde a 2,5% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “4921 - Requalificação do Edifício EX-Central Electrica”, “4919 -Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP” e “2000 – Funcionamento e Manutenção das Unidades”.

Quanto a nível de Água – Grande, esta representa 1,4% na estrutura das despesas executadas, tendo sido impulsionado pela execução das acções “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água-Grande”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”, “2404 - Transferência correntes para Câmara Distrital de Água - Grande” e “6304 - Reabilitação de Estrada lucumi/Riboque (5às5) ”.

Ao nível de S. Tomé, a execução corresponde a 1,3% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução da acção “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “5347 - Proj. Const. /Ext. Sist. Abast. Água de Ôbôlongo (Rio MJ) - Fase I” e “6371 - Reabilitação, Instalação e Apetrechamento do Edifício do Ministério da Saúde”.

Para o Distrito de Lobata, a execução simetriza a 1,3% do total das despesas executadas, devido fundamentalmente as acções “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel” e “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”.

Por último, temos o Distrito de Mé-Zóchi, com uma realização total das despesas executadas de 1,0%, devido essencialmente a acções “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2407 – Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “6312 - Construção de Jardim de Infancia na Trindade”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa” e “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”.

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que se refere à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado no Quadro 16, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 109,1% da dotação corrigida, ascendendo aos 1.742.763 milhares de Dobras,

sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um bom desempenho para o período em análise, com uma realização de 102,9%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.559.681 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 173.589 milhares de Dobras (278,1% da dotação corrigida) e por último a componente HIPC com uma execução de 9.494 milhares de Dobras, representando deste modo 48,2% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 30,1% da dotação corrigida, ascendendo aos 445.104 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 25,6% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 348.710 milhares de Dobras e a componente créditos atingiram 82,2% (96.394 milhares de Dobras).

Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos (em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Financiamento Interno	1 735 094	1 598 003	1 878 870	1 877 389	1 742 763	109,1	79,7
Tesouro	1 669 924	1 515 864	1 695 787	1 694 306	1 559 681	102,9	71,3
Consignados	45 454	62 422	173 589	173 589	173 589	278,1	7,9
HIPC	19 716	19 716	9 494	9 494	9 494	48,2	0,4
Financiamento Extern	1 425 174	1 479 515	445 104	445 104	445 104	30,1	20,3
Donativo	1 307 975	1 362 316	348 710	348 710	348 710	25,6	15,9
Empréstimo	117 199	117 199	96 394	96 394	96 394	82,2	4,4
Total Geral	3 160 268	3 077 518	2 323 974	2 322 493	2 187 867	71,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Examinando o Quadro 16, observa-se que 79,7% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 71,3% de contribuição, destacando-se a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2402- Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “1053 – Capacitação do Pessoal”, “1054 – Meios de Apoio ao Ensino”, “1085 - Despesas com Missões de Banco Mundial e FMI”, “2307 – Complemento para Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2401 - Junta para Exterior”, “1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2313 - Transferência à Câmara de Comércio”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2887 - Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3177 - Transferência para Funcionamento da Unidade de Informação Financeira”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 – Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “1046 - Missões no Exterior”, “2404 - Transferência Corrente p/Câmara Distrital de Água - Grande”, “1114 Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “4993 - Subsídio para

Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5355 -Transferência Correntes para IMAP”, “6043 -Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz”, “6044 -Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6053 -Apoio Social” e “5528 -Transferência para Instituto Nacional de Estradas - INAE/MIRNA”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 20,3% das despesas executadas com esses recursos, verifica - se que a componente Donativo abarcou os 15,9% das despesas a nível de estrutura, com destaque para a execução das acções “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2524 - Exercícios Findos”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “3833 - Reabilitação de Infra-estruturas Escolares”, “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3282 - Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “4921 - Requalificação do Edifício EX-Central Electrica”, “4919 -Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “6304 - Reabilitação de Estrada Lucumi/Riboque (5às5)”, “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves - Contri”, “5973 - Construção de Estrada Rio Lima-Gleba/Capela”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)” e “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”.

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no quarto trimestre de 2019, conforme o Quadro 17, mostra que as despesas Consignadas e Actividades (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma execução acima da dotação corrigida (cerca de 277,9% e 104,5%), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado.

Entretanto, a tipologias da despesa Operações Especiais (relativas a amortização da dívida pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve execução razoável face à respectiva dotação corrigida, com respectivamente 95,9%.

De salientar, que a execução na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua consta uma execução mais modesta, atingindo 463.371 milhares de Dobras, o que representa 30,5% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativas ao Subsídio para comemoração de 3 de Fevereiro,

Transferências para funcionamento da Agência Nacional de Petróleo, Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde, Construção de Estrada que liga Ôque-del-Rei/Boa Morte, Reabilitação, Instalação e Apetrechamento do Edifício do Ministério da Saúde e Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho nos montantes de 939 milhares de Dobras, 1.500 milhares de Dobras, 8.763 milhares de Dobras, 10.000 milhares de Dobras, 2.793 milhares de Dobras e 1.464 milhares de Dobras, respectivamente.

Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas (em milhares de Dobras)

Tipologia de Despesas	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Actividades	1 493 818	1 372 716	1 570 670	1 569 189	1 434 563	104,5	65,6
Especiais	154 261	121 261	116 344	116 344	116 344	95,9	5,3
Projectos	1 466 735	1 521 076	463 371	463 371	463 371	30,5	21,2
Consignadas	45 454	62 465	173 589	173 589	173 589	277,9	7,9
Total Geral	3 160 268	3 077 518	2 323 974	2 322 493	2 187 867	71,1	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (2.187.867 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 65,6% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 21,2% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

O presente ponto vem no cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2019), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas.

Por conseguinte, a Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril, no seu artigo n.º 16 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2019. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 9.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observadas ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2019, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI.

Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado em 2017 e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 82.750 milhares de Dobras, correspondente a um decréscimo de 2,6%, é justificado, por um lado, pelo Bloqueio de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 7/2019.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Ao analisar as alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado no Quadro 18, verifica – se que uma grande parte dos órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto o Tribunal Constitucional (TCO), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Governo Regional de Príncipe (GRP) e Câmara Distrital de Lobata (CDLOBTA), onde foi verificado aumento.

Entretanto, das que tiveram diminuição destacam-se as alterações ocorridas na Procuradoria - Geral da República (PGR), nos Tribunais Judiciais (TJ), Assembleia Nacional (AN), Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidade (MNEC), Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Encargos Gerais do Estado (EGE), Ministério Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI) e Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), que resultaram em diminuições das respectivas dotações iniciais, em relativamente 29,3%, 25,3%, 23,3%, 22,6%, 21,7%, 19,0%, 17,5%, 11,1% e 10,3%.

Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	90 542	0	-9278	0	11782	- 21 061	69 482	-23,3	2,3
TC	38 253	0	0	0	2760	- 2 760	35 493	-7,2	1,2
TCO	3 321	1200	2096	0	0	3 296	6 617	99,2	0,2
TJ	45 778	0	-3771	0	7825	- 11 596	34 182	-25,3	1,1
PR	16 867	0	703	0	1716	- 1 013	15 854	-6,0	0,5
GPM	62 358	5399	-2517	0	4171	- 1 289	61 069	-2,1	2,0
PGR	29 696	910	-5956	0	3647	- 8 693	21 003	-29,3	0,7
MDOI	188 023	13805	47666	0	15302	46 170	234 192	24,6	7,6
MNEC	154 221	0	-24539	0	8899	- 33 438	120 783	-21,7	3,9
MJAPDH	62 418	596	-10515	0	1967	- 11 885	50 533	-19,0	1,6
MTSFFP	47 502	0	-2059	0	2828	- 4 887	42 614	-10,3	1,4
MPFEA	166 156	20136	-15277	0	12673	- 7 814	158 341	-4,7	5,1
MTCCI	23 254	43	-1234	0	1400	- 2 591	20 663	-11,1	0,7
MEES	566 626	13764	27310	0	19804	21 271	587 897	3,8	19,1
MOPIRNA	368 330	15864	-1964	0	2944	10 956	379 286	3,0	12,3
MS	443 164	5698	15800	0	13043	8 454	451 618	1,9	14,7
MJDE	100 487	5264	446	0	1253	4 456	104 943	4,4	3,4
MAPDR	213 001	5326	-2800	0	3101	- 576	212 425	-0,3	6,9
GRP	110 175	3000	7113	0	9107	1 006	111 181	0,9	3,6
CDAG	17 123	0	-963	0	2902	- 3 865	13 258	-22,6	0,4
CDCG	8 325	2000	-384	0	2149	- 533	7 793	-6,4	0,3
CDCAUÉ	6 375	0	381	0	956	- 576	5 800	-9,0	0,2
CDLMB	7 933	0	0	0	769	- 769	7 164	-9,7	0,2
CDLOBTA	9 620	0	2359	0	1686	673	10 293	7,0	0,3
CDMZ	11 519	0	0	0	1101	- 1 101	10 418	-9,6	0,3
EGE	369 201	3885	-22617	0	45853	- 64 585	304 616	-17,5	9,9
Total Geral	3 160 268	96 889	0	0	179 639	- 82 750	3 077 518	-2,6	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, como mencionado acima os órgãos como Tribunal Constitucional (TCO) teve um incremento da sua dotação, em 3.296 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional” e “6542 - Aquisição de Viaturas para Tribunal Constitucional”; para o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), o incremento foi de 46.170 milhares de Dobras, devido as seguintes acções: “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2373 - Aparelho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho” e “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)”;

No Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES) o aumento da dotação foi de 21.271 milhares de Dobras, nas acções como “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meios de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “5772 - Construção de

Escola Sec/Básica Trindade”, “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada” e “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”;

Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA) com 10.956 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação das acções “2946 – Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “3282 – Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves - Contri”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge” e “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel”; O Ministério da Saúde que apresentou um incremento da sua dotação em 8.454 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização” e “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”;

O Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo que teve um incremento da sua dotação em 4.456 milhares de Dobras, devido a registo das acções “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)” e “6443 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Bairro do Hospital”; Para Governo da Região Autónoma de Príncipe o aumento da dotação foi de 1.006 milhares de Dobras, nas acções “2402- Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP” e “4919 -Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e por último;

A Câmara Distrital de Lobata (CDLOBTA) que viu a sua dotação aumentar devido à inscrição da acção “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”.

Relativamente à alteração de Adicional que apresenta um montante de 96.889 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MPFEA em cerca de 20.136 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2524 - Exercícios Findos” e “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária -MFCEA”;

Em seguida o MOPIRNA no montante de 15.864 milhares de Dobras, devido à inscrição dos projectos “2946 – Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves - Contri” e “5533 - Requalificação da EN1/Cemitério de Santo Amaro”;

Depois vem o MDOI com 13.805 milhares de Dobras, devido sobretudo, as acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho” e “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)” e por último;

O MEES com cerca de 13.764 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em

Agostinho Neto”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5887 - Conclusão de Salas na Escola Básica de Diogo Simão” e “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”.

Por sua vez, as alterações de Reforços e Anulações, ambas, registaram um valor nulo, apesar de terem sido registados reforços positivos no MDOI, MEES, MS, GRP, CDLOBTA, TCO, PR, MJDE e CDCAUÉ, respectivamente, nos montantes de 47.666 milhares de Dobras, 27.310 milhares de Dobras, 15.800 milhares de Dobras, 7.113 milhares de Dobras, 2.359 milhares de Dobras, 2.096 milhares de Dobras, 703 milhares de Dobras, 446 milhares de Dobras e 381 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforços negativos fundamentalmente no MNEC (24.539 milhares de Dobras), EGE (22.617 milhares de Dobras), MPFEA (15.277 milhares de Dobras), MJAPDH (10.515 milhares de Dobras), AN (9.278 milhares de Dobras), PGR (5.956 milhares de Dobras) e TJ (3.771 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve-se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

Quanto às alterações orçamentais por classificação funcional, como apresentado no Quadro 19, realça-se a diminuição da dotação mais significativa nas funções como: Serviços Públicos Gerais (130.075 milhares de Dobras), Encargos Financeiros (40.136 milhares de Dobras), Habitação e Serviços Comunitários (8.754 milhares de Dobras), Segurança Interna e Ordem Pública (4.713 milhares de Dobras), Ambiente (445 milhares de Dobras) e Trabalho (331 milhares de Dobras), que correspondem a respectivamente menos 12,4%, 19,1%, 17,6%, 10,9%, 16,1% e 11,4% das respectivas dotações iniciais.

Entretanto, comportamento contrário a destacar, teve a função Defesa Nacional que registou um incremento da dotação de 32,3%, o equivalente a 198.016 milhares de Dobras, devido essencialmente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM) ” e “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho”; em seguida Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 21,0%, que ascende a 101.713 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “4919 -Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I” e “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”; depois a função Cultura e Desporto que registou um aumento da sua dotação em 4,3%, que ascende a 109.310 milhares de Dobras, devido fundamentalmente a inscrição dos projectos “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6443 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Bairro do Hospital”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) ” e “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”; posteriormente a função Educação com um aumento da dotação de 3,9% que ascende a 577.628 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos e por último, Saúde com 1,7%, correspondente ao montante de 424.943 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2340 - Reabilitação de Serviços de Electromedicina” e “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”.

Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços públicos gerais	1 045 553	38 953	-52617	0	116 412	- 130 075	915 478	-12,4	29,7
Defesa nacional	149 627	9 905	44822	0	6 339	48 389	198 016	32,3	6,4
Segurança interna e ordem pública	43 194	3 900	-74	0	8 540	-4 713	38 481	-10,9	1,3
Educação	555 968	13 764	27363	0	19 468	21 659	577 628	3,9	18,8
Saúde	417 862	4 722	15391	0	13 032	7 081	424 943	1,7	13,8
Segurança e assistência social	65 362	596	6	0	345	257	65 619	0,4	2,1
Habituação e serviços comunitários	49 807	358	-8868	0	244	-8 754	41 053	-17,6	1,3
Cultura e desporto	104 811	5 264	330	0	1 093	4 500	109 310	4,3	3,6
Combustíveis e energia	84 078	8 676	9057	0	99	17 635	101 713	21,0	3,3
Agricultura e pesca	207 187	5 326	-2800	0	1 674	852	208 039	0,4	6,8
Transportes e comunicações	220 291	3 424	-758	0	1 335	1 332	221 622	0,6	7,2
Comércio e serviços	341	0	0	0	0	0	341	0,0	0,0
Trabalho	2 893	0	0	0	331	-331	2 562	-11,4	0,1
Ambiente	2 765	0	-245	0	200	-445	2 320	-16,1	0,1
Encargos financeiros	210 528	2 000	-31607	0	10 529	-40 136	170 392	-19,1	5,5
Total Geral	3 160 268	96 889	0	0	179 639	-82 750	3 077 518	-2,6	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional, estas foram mais expressivas nas funções Serviços Públicos Gerais (ascende a 38.953 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição dos projectos “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2524 - Exercícios Findos”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária-MFCEA”, “6291 - Construção de Troços de Estradas (Oquei-Del-Rei/Bairro Liberdade)”, “6420 - Reabilitação de Casa de Banho da Pediatria 2” e “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”; Educação (ascende a 13.764 milhares de Dobras), devido a inscrição dos projectos “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “5887 - Conclusão de Salas na Escola Básica de Diogo Simão” e “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”; em seguida Defesa Nacional, no valor de 9.905 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho” e “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)”; na função Combustíveis e Energia no valor de 8.676 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I” e “4919 -Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, na função Agricultura e Pesca, no valor de 5.326 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3882 - Programa de Extensão Rural” e “6169 - Requalificação das Casas de Comboio nas Comunidades Agrícolas” e por último a função Cultura e Desporto, no montante de 5.264 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos projectos “6443 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Bairro do Hospital”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)” e “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

De acordo com o Quadro 20, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que as mesmas traduziram num aumento de dotação inicial nas localizações Lobata em 34,6%, correspondente a 50.819 milhares de Dobras, decorrente dos projectos “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”, “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe” e “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”; São Tomé em 30,4%, correspondente a mais 45.312 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho” e “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I; Lembá em 20,2%, correspondente a mais 40.225 milhares de Dobras, decorrente unicamente da inscrição dos projectos “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri”, “6306 - Drenagem da Zona de S.Nguambu”, “6333 - Construção de Cella de Posto de Santa Catarina” e “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”; Cantagalo com 15,0%, correspondente a mais 40.929 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I” e “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”; em Mé – Zóchi o aumento da dotação corrigida foi de 7,9% (corresponde a mais 44.927 milhares de Dobras) decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa” e “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade” e finalmente no Príncipe onde o aumento da dotação corrigida foi ligeiramente de 0,7% (corresponde a mais 116.209 milhares de Dobras) decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe” e “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”.

Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	2 799 565	61 150	-18758	0	156 884	-114 492	2 685 073	-4,1	87,2
São Tomé	34 760	1 500	9 052	0	0	10 552	45 312	30,4	1,5
Príncipe	115 363	6 000	7 113	0	12 267	846	116 209	0,7	3,8
Água Grande	50 700	2 483	-6288	0	2 902	-6 707	43 993	-13,2	1,4
Mé-Zochi	41 628	3 567	834	0	1 101	3 300	44 927	7,9	1,5
Cantagalo	35 575	7 886	-384	0	2 149	5 354	40 929	15,0	1,3
Lembá	33 458	7 609	0	0	842	6 767	40 225	20,2	1,3
Lobata	37 768	6 693	8 050	0	1 691	13 052	50 819	34,6	1,7
Caué	11 451	0	381	0	1 801	-1 421	10 030	-12,4	0,3
Total Geral	3 160 268	96 889	0	0	179 639	-82 750	3 077 518	-2,6	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

As restantes localizações registaram diminuição, com maior destaque para Água - Grande, Caué e Nacional, em respectivamente 13,2%, 12,4% e 4,1%. A redução ocorrida em Água - Grande deve-se exclusivamente a diminuição da dotação da Actividade “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água - Grande”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho” e “5977 - Construção de Troço de Estrada Igr.Nova Apostolica/Escola Ganda”; no Caué pela redução da dotação das Actividades “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara

Distrital de Caué” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares” e por último, Nacional onde ocorreu a redução da dotação das Actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal “, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2401 - Junta para Exterior”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “2524 - Exercícios Findos”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2340 - Reabilitação de Serviços de Electromedicina”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “3177 - Transferência para Funcionamento da Unidade de Informação Financeira”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) “, “3841 - Bolsa Interna (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “1113 -Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “6055 - Programa Melhoria Indicadores Abastecimento Água STP”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho”, “6289 - (EN 2) S. Nguembu/ES 103 Igreja Pantufo”, “6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé”, “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM) ”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível” e “6536 - Indemnização aos Antigos Func. do PAPAC”.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

No que concerne à análise das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através do Quadro 21, observa-se que as mesmas resultaram no incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 3,8%, como consequência do aumento da componente Donativos em 4,2%, uma vez que as financiadas com créditos mantiveram inalteradas. Já as financiadas com recursos internos conheceram uma diminuição de 7,9%, face ao inicialmente aprovado, sendo na sua maioria as financiadas com Tesouro, que viu sua dotação reduzir em 154.060 milhares de Dobras, correspondente a menos 9,2%. Quanto as despesas financiadas com recursos HIPC, as mesmas mantiveram inalteráveis.

Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	1 735 094	20 338	0	0	157 429	-137 091	1 598 003	-7,9	51,9
Tesouro	1 669 924	3 369	0	0	157 429	-154 060	1 515 864	-9,2	49,3
Consignados	45 454	16 968	0	0	0	16 968	62 422	37,3	2,0
HIPC	19 716	0	0	0	0	0	19 716	0,0	0,6
Financiamento Externo	1 425 174	76 551	0	0	22 209	54 342	1 479 516	3,8	48,1
Donativo	1 307 975	76 551	0	0	22 209	54 342	1 362 317	4,2	44,3
Empréstimo	117 199	0	0	0	0	0	117 199	0,0	3,8
Total Geral	3 160 268	96 889	0	0	179 639	-82 750	3 077 518	-2,6	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno estão relacionadas, sobretudo com a operação Adicional e de Bloqueio (Cativação), na componente Recursos Ordinários do Tesouro já que ao nível dos reforços e anulação as mesmas

compensaram entre si e na operação Adicional para a componente Consignada que depois, ao nível dos reforços e anulação as mesmas também compensaram entre si.

Ao nível da fonte de Financiamento Interno destaca-se a redução da dotação das actividades “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2401 - Junta para Exterior”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé – Zóchi”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “3177 - Transferência para Funcionamento da Unidade de Informação Financeira”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “3841 - Bolsa Interna (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP” e “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”.

No que concerne a fonte de Financiamento externo, o aumento verificado em Donativos está relacionado com a dotação adicional realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2340 - Reabilitação de Serviços de Electromedicina”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária-MFCEA”, “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM)”, “6443 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Bairro do Hospital”, “6542 - Aquisição de Viaturas para Tribunal Constitucional”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “2524 - Exercícios Findos”, “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa” e “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”.

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

O Quadro 22 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas. Nele, observa-se que as mesmas ocorreram nas Actividades, Operações Especiais, Projectos e as Consignadas, resultando na diminuição da dotação inicial das Actividades (referem-se às despesas de funcionamento) em 8,1%, cerca de menos 121.103 milhares de Dobras, e na diminuição da dotação inicial relativamente as Operações Especiais, que dizem respeito as despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública) em 21,4%, cerca de menos 33.000 milhares de

Dobras, enquanto os Projectos tiveram um ligeiro aumento da dotação de 3,7% do inicialmente aprovado para o período em análise, ou seja, mais 54.342 milhares de Dobras, e as Consignadas tiveram um considerável aumento da dotação de 37,4% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a mais 17.011 milhares de Dobras.

Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	1 493 818	3 326	33 000	0	157 429	-121 103	1 372 716	-8,1	44,6
Especiais	154 261	0	- 33 000	0	0	- 33 000	121 261	-21,4	3,9
Projectos	1 466 735	76 551	0	0	22 209	54 342	1 521 076	3,7	49,4
Consignadas	45 454	17 011	0	0	0	17 011	62 465	37,4	2,0
Total Geral	3 160 268	96 889	0	0	179 639	-82 750	3 077 518	-2,6	100,0

Fonte: DCP-MFCEA

As diminuições da dotação das actividades estão relacionadas fundamentalmente a diminuição de dotação das Actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1056 - Manutenção de Transportes Escola”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas”, “2401 - Junta para Exterior”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água - Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé – Zóchi”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “3177 - Transferência para Funcionamento da Unidade de Informação Financeira”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “3841 - Bolsa Interna (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)” e “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”.

Relativamente as diminuições da dotação das operações especiais estão relacionadas essencialmente a diminuição de dotação da seguinte acção: “2456 - Amortização da Dívida Pública”.

No que toca aos projectos, o aumento do valor dotado deve-se fundamentalmente a inscrição e acréscimo de dotação dos seguintes projectos “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel”, “6087 - Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho”, “6542 - Aquisição de Viaturas para Tribunal Constitucional”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2524 - Exercícios Findos”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”, “3833 - Reabilitação das Infra-

estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “3282 - Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central”, “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “5313 - Promoção da Produção e Diversificação Agrícola”, “5887 - Conclusão de Salas na Escola Básica de Diogo Simão”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária -MFCEA”, “6320 - Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM) ”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “6420 - Reabilitação de Casa de Banho da Pediatria 2”, “6169 - Requalificação das Casas de Comboio nas Comunidades Agrícolas”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “6443 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Bairro do Hospital”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS” e “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”.

No que concerne a tipologia Consignadas, o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na inscrição e aumento de dotação da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. Relativamente as alterações de Reforço e Anulação, foram registados ocorrência na tipologia Actividades (33.000 milhares de Dobras positivo) e Operações Especiais (33.000 milhares de Dobras negativo) por parte de Reforço, o que resultou num valor nulo.



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

financas.gov.st